

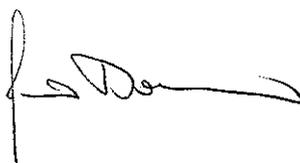


Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
CBH-Verde Grande
Instituído por Decreto Presidencial de 03 de dezembro de 2003

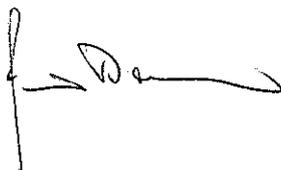
ATA DA 8ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE - CTC.

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e dez, de 9:00 às 13 horas, no auditório do DNOCS, na Avenida Presidente Kennedy, 230, bairro Edgar Pereira, em Montes Claros, Minas Gerais, realizou-se a 8ª Reunião da Câmara Técnica Consultiva – CTC, do CBH-Verde Grande. O Coordenador da CTC, João Damásio Frota Machado Pinto, fez a abertura da reunião cumprimentando e agradecendo a presença e o apoio de todos. Agradeceu também ao Marco Antonio, coordenador do DNOCS, pela cessão do auditório. Em seguida, o coordenador leu a ata da 6ª reunião da CTC, que após ser colocada para apreciação e votação, foi aprovada por unanimidade, com solicitação de uma alteração recomendada por João Damásio. O coordenador fez a leitura da ata da 7ª reunião da CTC, que também foi aprovada por unanimidade, com duas alterações, solicitadas por José Luiz, da ANA. O coordenador solicita que o técnico da ANA inicie a apresentação do Prognóstico do Plano de Bacia. José Luiz faz um pequeno histórico das etapas do Plano. Aponta que na reunião seria apresentada a conclusão dos cenários dos próximos 20 anos na Bacia e que o Plano estaria apresentando quais ações seriam prioritárias, tendo em vista, disse o técnico, as projeções dos cenários demográficos, econômicos e dos recursos hídricos, com relação aos mecanismos de uso racional da água. Alertou que o cenário futuro para a Bacia deve ser uma gestão voltada para a adesão das forças produtivas em torno da redução de demandas da irrigação, do aprimoramento dos sistemas de irrigação e do estabelecimento de prioridades para a construção de barragens. Enfatiza que o Plano conta, como oferta de água, com a construção da barragem de Congonhas, a adução do projeto Jaíba e a priorização de construção de pequenas barragens em afluentes do rio Verde Grande, para os cenários futuros. Em seguida, Sidney Agra, da Ecoplan, inicia a pauta da sua apresentação mostrando os cenários de Usos de águas subterrâneas, Tendências de crescimento de demandas, Alternativas de controle de demandas, Alternativas de incremento de oferta hídrica, Formulação dos cenários do Plano e Balanços Hídricos. Fala do Plano, destacando que estava sendo concluída a fase do prognóstico,

que aborda a situação dos recursos hídricos na Bacia. Esclarece sobre a evolução da demanda de água até 2030 para 27.000m³/s, com evolução das vazões de consumo em 20.000m³/s e com retorno de 6.700m³/s. Acrescentou que as vazões retiradas atuais são de 12,6m³/s e as vazões consumidas em 9,2m³/s, salientando que a irrigação consome 8,35m³/s. Aponta uma reserva de água subterrânea de 6,9m³/s, com disponibilidade atual de 2,5m³/s, alertando que não se pode garantir um aumento de consumo de água subterrânea, para um cenário futuro. Destaca que até 2030 a população na Bacia tem uma projeção para 1 milhão de habitantes. Acrescenta que a projeção da área irrigada na Bacia nesse período estará entre 80 a 90 mil hectares, assinalando que a irrigação pode chegar até a 91% de consumo. Sidney comenta sobre alternativas para redução dessas demandas através de Programa Específico, com o objetivo de racionalizar o sistema de irrigação, mantendo uma margem de produção e um grau de segurança, para a atividade agrícola. Diz que a estimativa de redução do consumo de água até 2030 por substituição de métodos superficiais de aspersão pode chegar a 14%, podendo chegar até a 27%, com a substituição plena dos métodos localizados. Diz que o estudo foi realizado considerando todos os sistemas de irrigação por aspersão, menos o pivô central. João Gustavo chama a atenção para o ganho entre 20 a 30% em seu sistema de irrigação, utilizando os equipamentos já existentes, com novas orientações técnicas. Sidney aponta que 77% dos produtores na Bacia não têm assistência técnica e que um dos desafios para implementar o uso eficiente da água na irrigação, é a assistência técnica. Expedito pergunta se nos estudos de consumo está sendo considerado o tipo de planta irrigada. Sidney responde que sim. Expedito comenta sobre a possibilidade da participação da Emater na capacitação técnica desses produtores. João Gustavo completa que deveria haver um trabalho de educação sobre os sistemas de irrigação, acompanhado de uma cartilha, que seria distribuída entre os produtores. Acrescenta que o uso de horímetro ou hidrômetro poderia contribuir bastante para o controle do uso da água de irrigação. Afirma que os instrumentos de outorga são confiáveis e educativos, podendo até substituir a cobrança. Falando dos cenários dos próximos 20 anos, o técnico da Ecoplan aponta a redução de 45 para 25% de perda no sistema de abastecimento urbano de Montes Claros, através de Programas de Saneamento, citando também a considerável perda no sistema de abastecimento urbano de Nova Porteirinha. João Gustavo afirma que, se as informações de consumo são sobre as outorgas na Bacia, o consumo é menor que as outorgas. Sidney esclarece que são dados do IBGE. Célia, Diretora do IGAM, participando também da reunião como convidada, esclarece que a outorga



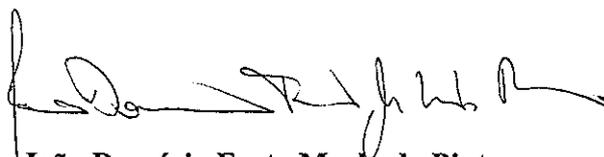
para uso insignificante não estava sendo dada justamente para preservar as águas subterrâneas, porque não se tem ainda os números precisos de sua quantidade. Afirmou que o IGAM contratou a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais –CPRM, para a realização de estudo que pudesse quantificar a água subterrânea do semi-árido mineiro, incluindo o Nordeste e o Noroeste de Minas. Acrescentou que esse estudo será monitorado pela própria CPRM. João Gustavo esclarece que os produtores rurais da Bacia solicitaram ao IGAM a liberação dos poços de uso insignificante no semi-árido mineiro, considerando a situação de escassez de água dos rios afluentes do Verde Grande. Acrescentou que no semi-árido nordestino os poços de uso insignificantes são liberados. Célia esclarece que uma DN está sendo elaborada pelo IGAM para atender à questão colocada por João Gustavo. Em seguida, o técnico da Ecoplan apresenta os cenários futuros de ofertas hídricas citando a transposição de Congonhas com vazão de 2,0m³/s, a adução de água do Projeto Jaíba, podendo oferecer 4,5m³/s, sendo 3m³/s até o leito do rio Verde Grande, na cidade de Verdelândia, mais 1,5m³/s, até o leito do rio Gorutuba, à jusante do barragem do Bico da Pedra, em Janaúba. Sidney apresenta a alternativa de adução de água do rio São Francisco para o Alto Verde Pequeno, do Projeto Iuiu até o Projeto do Estreito, com 6,0 m³/s. Destaca que deverá haver um reestudo das 13 barragens propostas pela CODEVASF, priorizando em torno de 6 delas, com a justificativa de que elas apresentam elevado custo e baixo rendimento hídrico. Exedito esclarece que as barragens não podem ser consideradas em metros cúbicos, mas sim, considerando os benefícios econômicos e sociais que elas oferecem em um tempo considerado interdeminado. Acrescentou que a política de barragens no Nordeste é que promove o desenvolvimento daquela região. Enfatizou que o Norte de Minas não é ouvido há mais de 20 anos com relação à necessidade da construção de barragens e que nunca se discutiu na região o que estava sendo discutido na Câmara Técnica do Comitê. Concluiu que é necessário criar pólos de água na região, como ocorreu em Janaúba, que segundo o técnico da CODEVASF, desenvolveu em função da barragem do Bico da Pedra. Destacou que o que falta nas barragens é gerenciamento e gestão. Renato Rebello, técnico do DNOCS, convidado para a reunião, sugere que o Plano deveria propor debates sobre o tema transposição, para que a sociedade percebesse que as transposições são realizadas no Brasil há muitos anos e que o tema deve se tornar trivial dentro dos assuntos discutidos. Ressalta o retorno social e econômico das barragens. Socorro pergunta sobre a barragem do rio São Domingos. Sidney responde que a sua construção depende de muitas variáveis, o que torna quase improvável a sua realização. José Luiz, da ANA, comenta



que as propostas não devem ser somente para a calha do rio Verde Grande, mas também para os seus afluentes. No entanto, ressalta, deve haver prioridades de ações para os cenários dos próximos 20 anos, mantendo a visão de conjunto. Socorro sugere que o Prognóstico do Plano seja apresentado ao COPAM. Mônica acrescenta que deveria ser apresentado também o Diagnóstico. José Luiz, da ANA, sugere que deva se aguardar o final para apresentar todo o Plano e não partes dele. Mônica sugere que as Atas das reuniões sejam enviadas, antes das reuniões, para o conhecimento prévio dos assuntos, pelos membros da CTC. Expedito quer saber se Plano contempla a proteção das nascentes e a recuperação das matas ciliares, acrescentando que é imprescindível a ampliação dos estudos para essas questões. Sidney responde que realmente esse tema não foi abordado, mas que poderá vir a ser colocado pelo Plano. Mônica sugere que sejam colocadas em discussão também a necessidade de recuperação das barragens, afirmando que estão todas assoreadas. Sidney, falando dos cenários dos próximos 20 anos para o saneamento básico, aponta que no Normativo 1 e 2, há uma previsão de 100% de remoção dos esgotos dos rios e das lagoas. O técnico da Ecoplan afirma que a vazão do Verde Grande é muito baixa para a diluição da carga de esgoto que é jogada no seu leito. José Luiz, da ANA, esclarece que o tratamento de esgoto em Montes Claros deve ser terciário para compatibilizar com a proposta de enquadramento classe 2 para a Bacia, que permitiria o uso múltiplo das águas. Mônica pergunta sobre a carga poluidora industrial na Bacia. José Luiz responde que estão sendo levantadas todas as etapas do esgoto. Sidney diz que a indústria não está nesse estudo, mas que deverá ser realizado e apresentado à CTC. Alexandre Machado quer saber se o tratamento do Vieira estaria no Plano como terciário. Sidney responde que sim. João Gustavo comenta sobre os impactos de DBO e pergunta se as indústrias não têm tratamento. Sidney responde que o Plano vai detalhar essa questão com relação às indústrias. Em seguida, Sidney apresenta os próximos passos do Plano que é estimar a reserva de água subterrânea e determinar sua exploração com segurança; incluir no custo da transposição, a cobrança da CODEVASF, para a operação da adução do Jaíba; estabelecer os ganhos de eficiência no uso de água na irrigação; estabelecer meta de redução de perdas no abastecimento urbano; e realizar balanços hídricos quantitativos e qualitativos nos novos cenários. Tânia Dias, da ANA, apresenta a Minuta de Deliberação sobre Arbitragem de Conflitos no Uso dos recursos Hídricos na Bacia do rio Verde Grande, informando que a referida Deliberação foi entregue a todos os membros na reunião e será enviada também via e-mail, para que cada um possa ler o documento e enviar sua contribuição para a Secretaria Executiva do



CBH-Verde Grande. Sugere e, é aceito pelo plenário, que o prazo dessa contribuição será até o dia 18 de maio de 2010, data da próxima reunião da CTC, onde a Minuta da Deliberação será avaliada e ratificada pelos seus membros. Mônica solicita que conste em ata que a Minuta seja enviada também ao IGAM, para análise e emissão de parecer desse órgão. Justifica a contribuição do IGAM, afirmando que o referido órgão tem bastante conhecimento sobre conflitos de uso de água. José Luiz anuncia as reuniões públicas que acontecerão dia 4 de maio em Urandi, dia 5 de maio em Janaúba e dia 6 de maio, em Montes Claros, para a apresentação do Prognóstico do Plano à sociedade e à adequação das contribuições que forem apresentadas. Nada tendo nada mais a tratar, eu, João Damásio Frota Machado Pinto, lavrei esta presente Ata, que após lida, e se aprovada pelo Plenário da CTC, será assinada por mim e inserida no Site do Comitê e arquivada na Secretaria Executiva, juntamente com a Lista de Presença da reunião.



João Damásio Frota Machado Pinto
Coordenador da Câmara Técnica do CBH-Verde Grande